



revista  
**CIDADES**

volume 13 | número 22 | 2016

**JUSTIÇA E DIREITO:  
UM DEBATE SOBRE  
O URBANO**

## SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	01
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
APRESENTAÇÃO.....	02
<i>Gloria da Anunciação Alves</i>	
A GEOPOLÍTICA DA FAVELA: DESAFIOS ATUAIS DA JUSTIÇA TERRITORIAL NO RIO DE JANEIRO.....	05
Slum Geopolitics: Current Challenges of Territorial Justice In Rio De Janeiro	
<i>IVALDO LIMA</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO.....	41
Public Policies in Space	
<i>ARLETE MOYSÉS RODRIGUES</i>	
ÁREAS CENTRAIS URBANAS E MOVIMENTOS DE MORADIA: TRANSGRESSÃO, CONFRONTOS E APRENDIZADOS.....	71
Inner City Central Areas and Housing Movements: Transgression, Confrontations, And Learning	
<i>FRANCISCO DE ASSIS COMARU</i>	
UM BALANÇO DE PESQUISA, 10 ANOS NA ZONA LESTE E UM SOCIAL RECONFIGURADO.....	94
A research review, 10 years on the east side and a social redesign	
<i>CIBELE S. RIZEK</i>	
TRABALHO E CRISE URBANA: CONDIÇÕES DA PRECARIZAÇÃO.....	141
Work and Urban Crisis: Conditions of Precariousness	
<i>TATIANE MARINA PINTO DE GODOY</i>	
HORIZONTES DA POLITICA SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE E O MINHA CASA MINHA VIDA.....	167
Perspectives on the new social policy in the globalization of inequality and the Brazilian government's housing program	
<i>CÉSAR SIMONI SANTOS</i>	

# UM BALANÇO DE PESQUISA: 10 ANOS NA ZONA LESTE E UM SOCIAL RECONFIGURADO

**Cibele S.Rizek**

Professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo

Universidade de São Paulo

*A Robert Cabanes, com respeito, gratidão, admiração*

## **RESUMO**

O texto faz um balanço de um conjunto de incursões de pesquisa nas fronteiras urbanas, a leste da cidade de São Paulo e abarca resultados dessas incursões que conformam aspectos relativos às formas de trabalho, aos programas e políticas sociais, às políticas de cultura e seus impactos na vida e nas práticas dessas populações. A permeabilidade do mundo do crime, a presença das formas de operacionalização das políticas e programas, as várias parcerias que conformam novas margens do estado embaralham categorias e exigem uma reflexão a respeito da produção desse novo social, como resultado e não como pressuposto desse conjunto de práticas vinculadas à produção das relações sociais e do espaço urbano.

**PALAVRAS CHAVE:** periferia; pobreza; programas sociais; políticas sociais.

A RESEARCH REVIEW: 10 YEARS ON THE EAST SIDE AND A SOCIAL REDESIGN

## **ABSTRACT**

This paper takes stock of a series of research forays towards the urban frontiers on the east side of the city of São Paulo. We include the results of these incursions, which conform to aspects related to working methods, social programs and policies, cultural policies and their impacts on the lives and practices of these populations. The permeability of the world of crime, the

presence of means of operationalizing policies and programs, the various partnerships that form new margins of the state, muddle categories and demand a reflection on the production of this new social, as a result of, and not as an assumption of, this set of practices linked to the production of social relations and urban space.

**KEYWORDS:** periphery, poverty, social programs, social policies.

Este texto resulta da tentativa de compreender *uma pluralidade de dimensões* apreendidas em incursões etnográficas, para além dos procedimentos clássicos de generalização e apreensão de tendências sociais, exclusivamente como resultado do tratamento estatístico de grandes bases de dados<sup>1</sup>. Dessa perspectiva, é importante perceber, na leitura e releitura de resultados de pesquisa, desdobramentos teórico- metodológicos, que provêm de uma articulação a posteriori, isto é, a partir de um conjunto de reflexões que vieram das interconexões entre momentos e temas de pesquisa. A partir dessas incursões etnográficas foi possível acumular e compreender um mosaico de situações e seus feixes de interconexão. Os fios entre elas apontam para uma teia que acaba por impor como temas e questões uma abordagem que possa apreender e tematizar práticas e atores para além de cada campo de pesquisa, mais ou menos consagrados, a partir de objetos construídos – o trabalho, a

---

<sup>1</sup> Esse texto recupera algumas ideias desenvolvidas por Isabel Georges e por mim, a partir de um conjunto de considerações metodológicas formuladas por um texto conjunto, preparado para o seminário final do projeto ANR Les Suds II LATINASSIST “Gouverner les pauvres en Amérique latine: gérer les femmes par l’assistance”, em fevereiro de 2014, Nogent-sur-Marne. Pode-se, ainda, encontrar algumas de suas referências aqui mencionadas e reelaboradas no texto de Isabel Georges, « Informalidades do Estado e dispositivos de ordenamento : uma abordagem territorial, setorial e comparativa », Comunicação no 38º Encontro Anual da Anpocs em Caxambu, MG, em 2014, no GT 34 « Sobre Periferias” assim como em I. Georges e Cibele S. Rizek, Práticas e dispositivos: Escalas, territórios e atores – Texto que comporá o dossiê elaborado pelas autoras para a Revista Contemporânea – Programa de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Na consideração dos exemplos e resultados etnográficos, porém, encontram-se achados provenientes de pesquisas já concluídas: « O Social e o Cultural entrelaçados » (CNPq B Produtividade em Pesquisa 2011-2014); e a pesquisa proveniente do Edital MCidades n. 11/2012 « A MCMV-entidades no estado de São Paulo. Abordagem etnográfica de casos selecionados », coordenada por C. S. Rizek, com a participação de Caio S. de Carvalho, Camila Moreno Camargo, Andrea Q. Castro entre outros pesquisadores.

saúde, o crime, as dimensões e práticas religiosas. Assim as dimensões transversais a esses e outros tantos objetos de investigação permitiram compreender nexos, redes de atores e modos de operação de programas e políticas, territórios que se cruzam com ou sem superposições.

Como resultado dessa reflexão os desdobramentos teóricos e metodológicos, para além dos recortes e da construção de objetos como feixes de iluminação e escurecimentos, permitem afirmar que, ao se recuperar o que estava nas zonas menos iluminadas, ao se estabelecerem relações nem sempre claras num primeiro momento de investigação, atira-se no que se vê e acerta-se no que, pelo menos de forma imediata, não se vê. As conexões, a possibilidade de sua apreensão, as relações que se pôde apreender e tematizar resultaram do que se pôde identificar como incursões em um território, em um espaço delimitado da periferia leste da cidade de São Paulo, que se constituiu como ancoragem, como ponto nodal de cruzamento de redes de práticas e atores, de apreensão de dimensões que se conformaram, em um primeiro momento, como estritamente locais, cuja apreensão e compreensão exigiram deslocamentos de escala, para além dos níveis estritos de investigação micro ou macro.

Assim, talvez como descoberta, alguns dos territórios se desenharam ou emergiram como questão, a partir das práticas e dimensões observadas - elas também - a partir de incursões e visitas, trajetórias, relatos de vida entrecruzados. Desse ponto de vista, é possível apreender a construção etnográfica dos territórios, tanto pela sua **presença forte** - contiguidade, ancoragem de práticas, proximidades -, como pela **ausência** dessas dimensões, ausência tomada como índice, por exemplo, de certa externalidade que, por vezes, pode se tornar um dos elementos significativos de pesquisa. De qualquer modo, pode-se indicar parte dessas conexões pela **presença ou pela ausência**, mais uma vez como um procedimento de pesquisa a partir e em razão de

relações de proximidade territorial entre práticas e atores, entre nexos ou de sua inexistência<sup>2</sup>. Pela presença e pela falta, as dimensões territoriais acabam por se constituir um elemento cheio de sentidos e significações, amplificados, de um lado, por práticas que se conectam territorialmente - práticas que constituem territórios do ponto de vista da experiência dos atores e sujeitos -; de outro, por forças estruturantes de localizações quase sempre múltiplas, que se articulam ou que apenas se justapõem.

Dessa perspectiva, é preciso mencionar que, ao longo de um conjunto nada homogêneo de incursões a campo, perseguindo pistas de pesquisa a propósito de objetos de investigação, diversos entre si, foi possível apreender processos, cujo nexos extrapola cada recorte empírico, cada pesquisa em particular. Trata-se de pensar o que poderia ser identificado - no jogo interescalar, assim como no entrelaçamento temporal de processos de pesquisa diversos entre si - como “regimes de visibilidade” que permitem (ou não): perceber e compreender dimensões da formulação, ação e formas de operação do Estado, esse “fazer estado nas margens” a que se refere DAS (2004); apreender e compreender sentidos que põem em xeque e em questão formas de operação que se contaminam e se cruzam entre políticas e programas diversos; apreender capilaridades e enovelamentos entre dimensões que conformam campos de pesquisa distintos entre si como políticas sociais, práticas e concepções religiosas, programas de assistência, de cultura, de moradia e habitação, o chamado “mundo do crime”, entre outras dimensões.

Assim, o não nomeado – aquilo que não se desenhou previamente como objeto das incursões de pesquisa e, ao mesmo tempo, os aspectos,

---

<sup>2</sup> Note-se especialmente, o exemplo de uma importante ONG local, responsável pela implementação de um conjunto de programas e políticas sociais que desconhecia inteiramente um grande empreendimento vinculado ao Minha Casa Minha Vida entidades que estaria para ser implementado ao lado de uma de suas subsedes.

práticas e modos de operação que seriam identificados apenas e necessariamente a partir das incursões a campo, a partir das conexões e da extensão dos achados de pesquisa - se transformam em novas questões, permitindo prospecções e projeções sobre novos objetos.

É ainda importante mencionar que o presente texto é fruto de pesquisa coletiva, de média/longa duração, que teve início com o conjunto de incursões a campo, que deu origem ao livro, *Saídas de Emergência: Ganhar/Perder a vida na periferia de São Paulo*, e que desencadeou outros projetos, novas equipes, novos desdobramentos, alguns dos quais alvo de comentário crítico e analítico dessa reflexão.

### **ALGUNS EXEMPLOS/CENAS/SITUAÇÕES DE PESQUISA**

#### **1) Início do milênio – das novas formas de trabalho às injunções Estado/cooperativas/associações**

Em um texto que resultou de uma investigação a respeito das relações entre trabalho “precário” e Cidade, os primeiros achados resultantes de um conjunto de incursões de pesquisa, em um mesmo bairro, começavam a ganhar corpo.

Entre outras dimensões, algumas questões e desdobramentos ficariam explícitos: a primeira é a distância e as dificuldades relativas à mobilidade urbana como condição daquilo que já identificamos em alguns textos (Georges e Rizek, 2008, Rizek, 2012; 2010) – a viabilidade e plausibilidade do trabalho sem registro, sem garantias, sem carteira, supostamente vinculado a uma cooperativa, orquestrada a partir de uma associação de moradores, que só poderia acontecer ali, em Cidade Tiradentes, onde qualquer outra alternativa suporia a mesma precariedade de vínculos e de rendimentos salariais ou a dura e interminável mobilidade para outros pontos da cidade, onde seria possível, mas talvez mais difícil, obter alguma renda. O achado de pesquisa - que se

conformava em meio a visitas à Cidade Tiradentes, acompanhando Robert Cabanes – era uma cooperativa de costura – que, à época, consideramos uma “falsa cooperativa”, cujo regime de trabalho (em que era evidente o assédio moral, o uso abusivo do poder de coerção sobre os trabalhadores, demissões arbitrárias, entre outros traços de despotismo presente no cotidiano de trabalho) conduziu à pergunta sobre as razões do uso da costura como suposta “alternativa de geração de emprego e renda”. Essas razões se assentavam na combinação local de saberes e práticas que permitiam, em uma condição semelhante à do trabalho em domicílio “clássico”, um adensamento da exploração e do uso do trabalho predominantemente feminino. A proximidade dessa prática feminina – e, quando necessário, também masculina - de costura, adquirida como qualificação tácita que já vinha tendo lugar nos apartamentos exíguos dos conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes, permitiam o uso de capacidades desenvolvidas a partir dos processos de construção de gênero e exigiam quase nada de investimentos prévios, além das qualificações de mulheres trabalhando em casa, para a entrega de peças bordadas, costuradas, com apliques ou etiquetadas com marcas de prestígio, verdadeiras ou “falsificadas”, combinando “formalidades e informalidades”, legalidades e ilegalismos, em circuitos de práticas de produção e comercialização (Freire, 2009; Georges, Freire, 2007; Rizek, Georges, Freire, 2014, Rizek, 2013).

Assim, costura e reciclagem – em especial a que tem lugar nas pontas mais precárias do bairro, as favelas Jardim Maravilha e Buraco do Gato - pareciam ser as únicas possibilidades plausíveis, até aquele momento, para uma grande massa de moradresses e moradoras de Cidade Tiradentes. A proximidade do local de moradia era o grande trunfo dessas duas possibilidades que, dessa perspectiva, tornavam-se funcionais, tanto para seus respectivos circuitos produtivos, como para a população que delas necessitava para a própria sobrevivência.

O que essas incursões de pesquisa detectaram foi, basicamente, uma dimensão invisível das relações e formas de trabalho, embaralhando circuitos e territórios, como também trabalho associado e trabalho assalariado - similar ao que alguns autores identificam como “precarizado” (Braga, 2012). Antigos “bairros dormitórios”, produzidos por conglomerados de pequenos apartamentos e financiados por programas de habitação social, assim como loteamentos populares frequentemente irregulares e auto empreendidos, nas fronteiras leste da cidade de São Paulo se transmutaram em novos territórios produtivos (Rizek, 2012), ainda que não seja possível observar nenhuma unidade industrial em pleno funcionamento nas proximidades<sup>3</sup>. Assim Cidade Tiradentes - um bairro produzido pelo Estado, a 35 quilômetros do centro da cidade – podia ser compreendido como um nó em um circuito de produção de confecções, dentro e fora dos apartamentos, em garagens improvisadas, em cooperativas. Sua produção chegaria a grandes lojas de consumo popular ou de luxo, na feirinha da madrugada ou nos empreendimentos do Ministério dos Esportes. Havia, ali, um conjunto de novas e velhas possibilidades de trabalho, que se desenvolviam de modo mais ou menos invisível. Nas relações de trabalho supostamente cooperativadas, ganhava corpo a possibilidade de exploração e absorção das parcelas mais vulneráveis de trabalhadores – mulheres negras, idosas, mulheres chefes de família em situações de muita precariedade, presidiários, “autônomos”. Na cooperativa, foi possível observar as etapas de confecção de camisetas, bolsas, bonés e bandeiras para atividades esportivas

---

<sup>3</sup> O mesmo se poderia dizer de alguns nichos de produção, moradia e comercialização do centro da cidade, onde pululam oficinas de costura e seus trabalhadores, que frequentemente moram e trabalham em situações-limite, elas também dificilmente passíveis de serem descritas como trabalho em domicílio. Na verdade, pode-se afirmar que a categoria trabalho em domicílio não se aplica inteiramente a essas situações, em especial as oficinas cujos trabalhadores são bolivianos indocumentados. Se o trabalho em domicílio supunha atividades realizadas nos locais de residência dos trabalhadores, trata-se aqui do contrário: esses trabalhadores habitam os locais onde trabalham (Rizek et al., 2014).

oficiais, inclusive as bandeiras brasileiras que os atletas exibiram nas Olimpíadas de Pequim<sup>4</sup>.

As ambiguidades e dobraduras, as articulações e o modo pelo qual essas populações enfrentam suas condições de trabalho e de vida trouxeram ainda elementos surpreendentes: trata-se da constituição de um *mix*, também ele da ordem das indiferenciações, entre trabalho social, trabalho associado (ou pelo menos autodefinido como tal) e trabalho assalariado, nas suas formas menos reguladas e mais precárias<sup>5</sup>.

Alguns desses primeiros resultados substantivos apontavam para a presença imprevisível e insuspeitável das relações entre situações precárias e informais de trabalho e Estado. A cooperativa, proveniente de uma associação de moradores e mutuários, teria se viabilizado e prosperado produzindo material para um cliente em particular: um ministério do governo brasileiro, ocupado por um dos partidos da base aliada do primeiro governo Lula. Assim, em condições muito precárias de trabalho supostamente associado, era possível ler a inscrição símbolo dos governos do PT - *Brasil um país de todos* - estampada nas camisetas e em outros produtos fabricados em regime de relações de trabalho informal, mas, sobretudo, precário e despótico.

Foi, então, possível detectar o lugar de um, entre muitos, *diferentes modos de informalidade e precariedade* nas dobraduras da ação do Estado, um primeiro sentido das relações informais de trabalho como parte do leque de informalidades do Estado, presentes nas periferias das grandes cidades

---

<sup>4</sup> Refiro-me ao que foi descrito em Georges, I. e Rizek, C. S. “A periferia dos direitos”, ANPOCS, Caxambu, 2008; idem, 2012; ou ainda em Rizek, C. S. “Trabalho, moradia e cidade Zonas de indiferenciação”? *Revista Brasileira e Ciências sociais* – vol. 27, n. 78, 2012.

<sup>5</sup> Há aqui uma questão de nomeação que não se pode deixar de assinalar. As palavras precariedade e informalidade, entre outras, que apontavam para uma característica não regulada e vulnerável das situações de trabalho, portanto para uma característica em negativo da inserção produtiva de camadas populares parecem não dar mais conta da gigantesca diversidade e multiplicidade de situações que se abrigavam sob essas denominações. Continuamos, entretanto, utilizando os mesmos termos, ainda que reconheçamos sua insuficiência.

brasileiras, a partir dos seus mecanismos de funcionamento e de suas intersecções com outras relações socioespaciais, outros modos de ordenar e territorializar sociabilidades.<sup>6</sup> Trata-se de constatar que a presença do Estado não significa, necessariamente, o aumento de formalização e, mesmo se esse aumento chegasse a ocorrer, essa presença não institucionalizaria situações de trabalho “virtuosas”, isto é, formalizadas e devidamente cobertas pelos direitos – descanso remunerado, férias, fundo de garantia, 13º salário etc. (cf. Georges, 2015, Rizek, 2010, entre outros).

Este ponto de partida empírico acabou por se converter em dimensão analítica que revelou que a forte presença direta do Estado no âmbito local, através de programas diretos do Governo Federal, com enorme visibilidade política, podia não significar garantia de direitos, tanto do trabalho, como direitos, em sua acepção mais ampla, isto é, no sentido de sua universalização. Constatava-se, nessa e em outras incursões de pesquisa, a presença insidiosa de distribuição de favores e consolidação de benesses eleitorais e políticas para partidos aliados, inclusive aquele que à época estava no comando do Ministério dos Esportes<sup>7</sup>. Nesse sentido, esse primeiro experimento de inserção no campo de pesquisa devidamente transformado em problema teórico e empírico funcionou como um primeiro alerta, que permitia entrever um Estado, cujo lugar entre legalidades e ilegalidades/ilegalismos, criava e recriava “informalidades” e precariedades sob o manto de programas de economia solidária e de iniciativas de geração de emprego e renda, que perpassavam e

---

<sup>6</sup> É possível, assim, remeter essas dimensões à contribuição de Antônio Machado da Silva (2014) sobre o que estaria por traz da resiliência da categoria do informal, apesar do seu aparente esgotamento e de sua transformação em continente de múltiplos conteúdos, ou, como aponta Machado, em categoria “ônibus”.

<sup>7</sup> Foram frequentes as menções dos trabalhadores à obrigatoriedade de participação dos supostos membros dessa “cooperativa” nos atos e manifestações do PCdoB. Essa também era a filiação partidária dos gerentes e promotores da iniciativa de “trabalho associado”. Ver Georges e Rizek, “À periferia do direito: trabalho, precariedade e políticas públicas”, 2008 [2012]. Ver também Rizek, C. S. “Verde Amarelo Azul e Branco” em **Hegemonia às Avessas** (Boitempo, São Paulo, 2010. Oliveira, F. Braga, R. e Rizek, C)

constituíam situações despóticas de trabalho dentro de um circuito produtivo e político, que se enredava na constituição nada virtuosa de um social recriado.<sup>8</sup>

## 2) Saúde e cultura – privatizações cruzadas

Nesse mesmo território, bem como nos bairros mais consolidados da periferia leste, a partir de incursões etnográficas, outro achado surpreendente, explorado em textos também já publicados (Rizek, 2013; Georges, 2014, *op.cit.*), apontava para dimensões territoriais diversas entre si, que se articulavam onde se concentraram esforços de pesquisa. Acompanhando pesquisadores que estavam às voltas com os modos de operação dos programas de saúde (ver Georges e Santos, 2016, *no prelo*), um outro conjunto de achados acabou por tomar corpo, colocando desafios muito interessantes: por um lado, a dimensão multiescalar – a necessidade de deslocamentos escalares impostos pelos desafios de pesquisa que, a partir de então, se colocavam; por outro lado, o fato de que esses achados foram possíveis, necessariamente, a partir das dimensões e incursões de pesquisa centradas em um mesmo território. Trata-se do que pôde ser nomeado como **privatizações cruzadas**, que apontavam para uma proposição e uma política de implementação de serviços de saúde e de cultura, que teve na experiência paulista e paulistana um de seus pontos nodais.

A partir da Organização Social a cargo dos serviços de saúde em todo território do extremo leste da cidade de São Paulo foi possível puxar os fios de uma trama que permitiu perceber de que modo a privatização do financiamento e gestão da cultura e da saúde se entrelaçaram, alcançando, por um lado, a permanência intocada de políticas culturais de cunho federal que datavam dos anos noventa e foram se atualizando ao longo das duas décadas dos anos 2000; e, de outro lado, as políticas de terceirização de todos os

---

<sup>8</sup> Ver a esse respeito Rizek, C. S. , 2016. *Faces do Lulismo: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*, no prelo. No texto a autora se apropria a noção de invenção do social tal como foi formulada por Paulo Arantes na entrevista concedida à **Revista Caros Amigos**, fevereiro de 2015.

âmbitos de atenção à saúde, levada a cabo de modo pioneiro pelos governos de São Paulo (Estado e municípios) (Rizek, 2013, Georges, 2011; Georges e Santos, 2016, *no prelo*). Esse cruzamento, nas mãos do mesmo grupo de gestores das atividades e instâncias culturais e dos diferentes níveis de atenção em saúde, também permitiu interrogações e problematizações que, a partir de um território específico e de um olhar voltado para os programas sociais, tornaram possível apreender fenômenos que dizem respeito à gestão da vida, à “trama dos viventes”<sup>9</sup> e a um conjunto de dispositivos articulados naquele território específico. Esses múltiplos cruzamentos permitiam compreender dimensões que enovelavam fluxos decisórios, financiamentos e formulações, que apontavam para um quadro estruturante da gestão da vida por meio do governo dos pobres – de seus corpos e condutas - que se desdobra na instituição de uma moral dos pobres, em práticas e representações que pudessem conformar a figura exemplar do bom pobre, aquele que merece se tornar beneficiário dos programas sociais redistributivos (Lautier, 2009 [2014]; Georges, Rizek, Ceballos, 2014; Destremau, Georges, 2016, *no prelo*).

“Achados de pesquisa durante as incursões etnográficas realizadas em Cidade Tiradentes e Guaianases, entre 2011 e 2013, tiveram como subproduto a percepção, a princípio inusitada, de indícios que apontaram para um conjunto de *novas formas de captação de recursos*, por meio de eventos, práticas culturais e de gestão de serviços privatizados de saúde na Zona Leste da cidade de São Paulo. O cruzamento entre modos de captação, gestão terceirizada da cultura e de ações e equipamentos de saúde apontaram para a intersetorialidade dessas práticas, conformando o que poderia ser identificado como **um planejamento social privado** minucioso por parte de Organizações Sociais de Cultura e de Saúde, que pareciam redesenhar formas de atuação e margens do

---

<sup>9</sup> Menção ao título do livro *Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes – ordens e resistências* – Patrícia Birman ET AL. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2015.

Estado nas suas relações com programas sociais e com a população paulistana dos bairros mais pobres, especialmente a leste da cidade. Alguns desses bairros conformaram, assim, um *território de experimentações dessas práticas cruzadas* para além das caracterizações clássicas das zonas periféricas das grandes metrópoles (...). Talvez esses achados de pesquisa apontem para conformações diversas, modelizações diversas de construção e gestão do social, no âmbito das gestões lulistas e petistas e das gestões do conglomerado de partidos nucleados pelo PSDB. Talvez se possa afirmar que estamos diante de duas formas de invenção e gestão do social, embora com pontos de contato, enovelamentos por vezes pouco passíveis de distinção”<sup>10</sup> (Rizek, C. 2016, no prelo).

A partir das incursões a campo, foi possível perceber a formação de um terreno fértil para a ação de grupos e de empreendimentos privados que, crescendo em espiral, ofereciam, geriam e promoviam serviços, ações e práticas no campo das políticas sociais, de saúde e de assistência, dando origem à gestão empresarial do cotidiano e reconfigurando as relações entre Estado, serviços, populações e uma constelação de programas e políticas sociais e culturais que rearranjam, em outra chave, práticas de consumo, formas de sociabilidade e formas de expressão.

---

<sup>10</sup> Ver, a esse respeito, a entrevista de Paulo Arantes n. 215/2015 já mencionada. Depois de afirmar que o PT e o petismo inventaram um social no Brasil, distinto dos processos sociais-democratas, afirma: “falta mencionar, mas apenas mencionar, a terceira perna desse governo do Brasil que, em conjunto ou sucessivamente, tucanismo e lulismo consolidaram. A redescoberta da política, como se viu, deixando para trás como relíquia arcaica a política da luta de classes, em qualquer de suas duas versões antagônicas, liberal e socialista, recebeu sangue novo também da reviravolta gestonária do mundo corporativo, que, por seu turno também reinventou o social, mais exatamente a responsabilidade social, e tudo o mais que daí se seguiu, anunciando que a política dos políticos era, mesmo, o que as pessoas pensavam, um lixo. E tudo com muita participação da sociedade civil ativa e propositiva. Perversa ou não, deu-se uma confluência inédita com o aparato estatal e adjacências, operando segundo a mesma lógica gerencial. Não é que a reinvenção petista da política tenha sido anulada ou sequestrada, simplesmente seus futuros parceiros se puseram em movimento ao se darem conta, também, de que seu público alvo se movera. Juntando as três pernas dessa fórmula tripartite de governo do país, teremos, enfim, identificado, na sua real natureza de tecnologia social de poder, o famigerado neoliberalismo. O PT foi um de seus inventores”. **Revista Caros Amigos**, n. 215, pg. 28.

Em visitas a campo ocorridas entre 2010 e 2012 e a partir da sistematização de informações de pesquisa, a coincidência entre um conjunto de iniciativas de cunho cultural e a gestão de programas e equipamentos de saúde começou a se delinear como inquietação. Cruzavam-se escolas de música, faculdades, oficinas culturais, grandes eventos da agenda paulistana e hospitais, postos, agentes e programas de saúde e assistência à família, como práticas das organizações social e cultural, capitaneadas pelo mesmo grupo, constatação que foi o ponto de partida para novas incursões a campo, bem como novas questões de investigação<sup>11</sup>.

Algumas dimensões ganhavam força como elementos estruturantes do que se constatou em campo. A primeira foi a compreensão da gestão terceirizada dos serviços de saúde promovida pelas gestões Serra/Alckmin e Serra/Kassab (PSDB, DEM, PSD – partidos que compõem o quadrante centro/direita do espectro político brasileiro), no município e no estado de São Paulo.

---

<sup>11</sup> Esse conjunto de achados de pesquisa dizem respeito, especificamente, a bairros da Zona Leste da Cidade de São Paulo, sobretudo em relação à privatização e gestão dos equipamentos de saúde. Os achados iniciais de pesquisa, que forneceram as pistas para uma incursão mais aprofundada na questão, provêm de anos de acompanhamento de atividades e práticas em Cidade Tiradentes – no extremo Leste do município, que se pode caracterizar como um dos últimos bairros da cidade a se formar. Cidade Tiradentes ficou conhecida como “o maior conjunto habitacional da América Latina”, tendo sido formada a partir de remoções provenientes de obras e de intervenções por toda Cidade de São Paulo. Apesar de inicialmente constituída por pequenos edifícios da COHAB, o bairro cresceu a partir de combinações entre loteamentos e edifícios constituídos de forma regular, em pedaços de território ocupados irregularmente. A presença de assentamentos regulares ao lado de outros pouco ou nada regulares e/ou regularizáveis – favelas, habitações que se transformam em estabelecimentos comerciais, edifícios da COHAB, terrenos e encostas, também ocupados irregularmente, acabou por configurar uma população de cerca de 215.000. O bairro cresce mais do que a média dos bairros paulistanos e tem cerca de 72% de sua população ganhando, em média, 2 salários mínimos mensais (cf [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/publicacoes/Boletim\\_CEInfo\\_Censo\\_02.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/publicacoes/Boletim_CEInfo_Censo_02.pdf) (consultado em maio de 2012.)) Ao lado de Cidade Tiradentes, Guaianases é um bairro também constituído por populações de baixa renda e conta – somando-se a população de Lajeado com cerca de 250.000 habitantes. Esses bairros estão a cerca de 35 Km do centro da cidade. Guaianases conta com o serviço de trens da CPTM e Cidade Tiradentes, apenas com serviço de algumas linhas de ônibus, reconhecidamente insuficientes para o transporte adequado da população. A partir de achados e informações dispersas, seguindo pistas e indícios, foi possível perceber que grande parte dos equipamentos e serviços de saúde das periferias paulistanas estão sendo geridas por contratos com Organizações Sociais como se constatará adiante. A especificidade das OSs, identificadas no texto, está assim no cruzamento entre as atividades de saúde e de cultura.

Esses mecanismos de transferência de gestão da saúde do Estado para organizações sociais tiveram início a partir do final da gestão Erundina, em 1992 – e se estendem até hoje (Georges e Santos, 2016, *no prelo*; Rizek, 2013)<sup>12</sup>. A segunda dimensão decorria da **presença concomitante** de instituições encabeçadas por religiosas católicas, tanto em hospitais e programas de saúde (como o Estratégia Saúde da Família) e seus equipamentos de ancoragem, que atendem a população que habita Cidade Tiradentes e outros distritos da Zona Leste de São Paulo, assim como em ações, instituições e programas de cunho cultural que se estendem a todo o município.

Assim, para entender os processos que têm lugar no complexo de instituições de saúde geridas por essas organizações, é preciso perceber como se enlaçam serviços e captação de recursos por meio de um mecanismo de privatização da cultura e de terceirização dos equipamentos e serviços públicos de saúde de modo entrecruzado<sup>13</sup>. Esse achado de pesquisa, ausente na literatura sobre cultura e saúde em São Paulo e no Brasil, parece constituir-se um caso em que se retroalimentam gestões e arbitragens privadas, tanto das atividades culturais, quanto de dimensões relativas à assistência à saúde, em suas injunções com a assistência social às famílias (Rizek, 2016 *no prelo*; Rizek, 2013; Georges e Santos, 2014)<sup>14</sup>. Trata-se de uma intrincada forma de engenharia organizacional que combina, de um lado, investimentos e aplicação de recursos; de outro, setores de atuação bastante complexos. Esses procedimentos exigiram uma fina apreensão e manejo dos meandros dos processos de financiamento, assim como uma perspectiva combinada que

---

<sup>12</sup> A gestão Haddad não pôde alterar significativamente os contratos de gestão privada dos serviços de saúde da cidade.

<sup>13</sup> Em visita ao Hospital de Itaquera em maio de 2011, um dos responsáveis pelo serviço de oncologia pediátrica afirmou que a estratégia era a captação de recursos pelos grandes eventos culturais para a manutenção do serviço de ponta no hospital. Essa pista deu origem ao mapeamento deste texto.

<sup>14</sup> Ver Isabel Georges e Yumi Garcia dos Santos, *A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social*, Comunicação na ANPOCS, Caxambu, 2011; e Georges e Santos, 2014.

permita caminhar pelos processos de terceirização da saúde no Estado- sede da privatização dos serviços públicos, sob a égide dos governos do PSDB<sup>15</sup>.

### **1) O Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades: da produção do déficit à produção da “demanda”**

O Programa Minha Casa Minha Vida foi apresentado como uma das grandes realizações dos governos Lula e Dilma e marcou as cidades brasileiras de forma indelével. No âmbito do programa foram contratadas, até o início de 2014, 3,4 milhões de unidades habitacionais, das quais 1,7 milhões foram entregues. A pesquisa realizada sobre o programa teve como objeto a modalidade “Entidades”, que atende a chamada faixa 1, composta por famílias que recebem mensalmente até 1.600 reais. A produção dessa modalidade é contratada, não por construtoras, mas por organizações populares, associações, cooperativas, que compõem o universo de “entidades” que se responsabilizam integralmente pela indicação das famílias e por todo o processo de produção — da pesquisa do terreno à entrega das chaves, passando pelo desenvolvimento e aprovações de projeto e execução das obras civis. Trata-se, de um lado, de uma produção ínfima, em termos quantitativos, se comparada com toda a produção do programa; de outro lado, a presença e permanência dessa modalidade tem uma dimensão política paradigmática, apoiando-se na tradição de políticas habitacionais autogestionárias, envolvendo os mais representativos movimentos de luta por moradia e reforma urbana do país<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Essa confluência entre governos municipal e estadual foi um elemento importante para a captação e investimento que parece se configurar o fato consumado no Estado de São Paulo, mas que se desenha como tendência em outros estados e municípios do país, a julgar por algumas linhas de financiamento do Ministério da Cultura, em especial as que vinculam Saúde e Cultura. Ver os editais Cultura e Saúde e Rede Saúde e Cultura no sítio <http://www.cultura.gov.br>, consultado em 20 de outubro de 2012.

<sup>16</sup> A pesquisa resultou de projeto submetido e aprovado em edital do Ministério das Cidades e do CNPq, que envolveu, sob a coordenação de Cibele S. Rizek, pesquisadores ligados ao IAU (Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – campus São Carlos) e à assessoria técnica Peabiru e que recortou as contratações e produção realizada pela modalidade “Entidades”, no estado de

O PMCMV-Entidades apresentaria, então, os requisitos que caracterizaram a produção habitacional autogestionária à brasileira (ou o discurso sobre essa produção afirmada e reafirmada como virtuosa, desde a luta pela democratização): os futuros beneficiários, potencialmente selecionados e conhecidos antes dos processos de obra por entidades e associações credenciadas no Ministério das Cidades, poderiam participar dos projetos e da execução, poderiam conhecer os terrenos e os entornos, opinariam sobre a concepção, acompanhariam o gasto de recursos, entre outras dimensões e supostas vantagens das formas de participação, que possibilitariam a melhoria da qualidade das moradias. Esses processos, ricos e complexos, poderiam representar uma cunha no contexto geral do MCMV – majoritariamente destinado às construtoras e seus processos financeiros de acumulação (SHIMBO, 2012).

O desenvolvimento da pesquisa, entretanto, conduziu a constatações e conclusões que apontavam em sentido contrário a esses pressupostos potencialmente virtuosos. A primeira observação relevante foi a de uma corrida de obstáculos, na qual a dimensão urbana desses conjuntos acabaria por se tornar secundária. Os empreendimentos do estado de São Paulo localizaram-se em terrenos comprados no mercado pelas entidades (oriundas dos movimentos ou reconvertidas), em bairros periféricos, precariamente consolidados ou nas franjas da mancha urbana metropolitana. Reproduziram, assim, de modo não raro agravado, a má localização dos empreendimentos que resultaram de outras modalidades de política habitacional em âmbito federal (os conjuntos do BNH, estadual ou municipal). Com o valor do terreno embutido no valor da unidade, acabou por prevalecer a lógica do terreno mais

---

São Paulo, embora a sistematização de informações secundárias, necessária para o dimensionamento e a reflexão sobre o programa, tenha se estendido para o âmbito nacional. Alguns textos já publicados serviram de base para as considerações presentes neste texto. Ver especialmente Rizek, C. S., Carvalho, C. S. e Camargo, C. M. “Política social, gestão e negócio na produção das cidades: O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades”, *Caderno CRH* [Volume 27, N° 72, 2014.](#)

---

barato, que viabilizaria os empreendimentos. O problema foi, então, o processo da compra: entidades populares precisariam encontrar, no complicado mercado de terras das metrópoles brasileiras, terrenos de baixo custo que permitissem a construção de um número de moradias (em geral o máximo permitido) para viabilizar os empreendimentos.

Assim, o PMCMV Entidades acabou por conduzir até mesmo aos movimentos por moradia que lutavam por unidades habitacionais no centro da cidade, como o Fórum de Cortiços e o Movimento de Moradia no Centro (que mudou o significado do “C” de sua sigla passando a se chamar Movimento de Moradia da Cidade) a uma busca de empreendimentos nos bairros periféricos do Lajeado, Guaianases e Cidade Tiradentes. As dimensões dos terrenos “viáveis” pelo alto potencial construtivo ou pela quantidade de unidades a serem construídas levaram a uma prática de “consórcios” de movimentos e associações. Além dessas associações entre movimentos de orientações diversas entre si que, na prática, se consorciaram, as associações e entidades, *necessariamente habilitadas previamente* junto ao Ministério das Cidades, muitas vezes com trajetórias e filiações políticas distintas, deveriam obrigatoriamente compor e constituir as “**demandas**”, indicando famílias de suas bases, para que se viabilizassem conjuntos que chegaram à marca de mil moradias, dividindo o empreendimento em diversos contratos para que fossem respeitados os limites de 300 unidades da normativa que regulamenta o programa.

Note-se, ainda, que esse processo permitiu (para não dizer induziu) a reconversão de entidades de outros campos de atuação social (a AMOVA, por exemplo, anteriormente dedicada à alfabetização de adultos) para o campo da habitação social. Associações e movimentos seriam transformados em máquinas de produção e/ou contratação de casas, de acordo com as lideranças de um dos movimentos de moradia mais importantes. Por meio desses

mecanismos, essas associações e movimentos se tornaram operadores de um programa de governo, o PMCMV- Entidades, legitimando um conjunto de mecanismos destinados à salvação das grandes construtoras pela versão oficial do Programa – o Minha Casa, Minha Vida – Contrutoras, programa visivelmente econômico, anticrise, destinado à dinamização da economia e à promoção de empregos.

O PMCMV- Entidades constituiu um enorme campo de consenso fora do qual parecia não haver saída para a conquista organizada da moradia. Esse campo acabou por envolver até os movimentos responsáveis pelas mais importantes ocupações de terrenos em São Paulo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento que se localiza à esquerda do PT, mas que acabou por se enredar nas formas de gestão e operação do Programa.

Dessa perspectiva, talvez se possa apontar o caráter emblemático do PMCMV e de sua modalidade Entidades, bem como aquilo por meio do qual é possível decifrar claramente a diferença entre a pobreza e o público alvo, entre déficit e demanda, entre carência e sua fabricação como demanda a partir dos programas e políticas.

Desse modo, esse mesmo caráter emblemático do PMCMV Entidades se explica e se desdobra no cruzamento de dimensões e aspectos relevantes para compreensão dos vínculos entre a cidade na sua face periférica e nas suas reconfigurações; os programas de produção pública de habitação na sua face voltada para a população de mais baixa renda; um conjunto de mutações, modulações e reconfigurações dos movimentos de moradia, tanto nas relações lideranças/ bases, como nas relações com os atores públicos (ministério das cidades, fundos públicos), atores privados (donos de terras, construtoras) em uma constelação de operadores .

Nessa constelação é possível encontrar pistas e indícios que permitam

compreender deslizamentos e reconfigurações das representações e práticas desses movimentos. Em menos de 15 anos, vão das ocupações de edifícios no centro da cidade de São Paulo, exigindo direito à cidade e à moradia nas áreas centrais, à coordenação e gestão de alguns empreendimentos do Programa, nas franjas ou fronteiras da cidade, nas periferias urbanas de São Paulo (e/ou região metropolitana).

Assim, ao buscar identificar algumas das linhas de força que instituem e destituem dispositivos e sujeitos sociopolíticos, nesse quadro de cruzamentos, determinações e indeterminações, modulações e transformações, talvez seja possível tangenciar e identificar as relações entre a dinâmica habitacional e urbana que tem lugar a partir das diretrizes do programa e os processos que parecem estar desenhados a partir das conformações recentes do que André Singer denominou lulismo, fenômeno passível de ser identificado, bem como circunscrito no tempo e no espaço dos processos de reconfiguração do lugar do Brasil no contexto mundial, cujo esgotamento recente pode ser identificado como processo social e político, que se teria iniciado nos movimentos de junho de 2013.

Pode-se ainda apontar que a situação de carência e desigualdade habitacional e urbana acabou por se conformar como uma das evidências das modulações mais recentes da questão social brasileira. Disso decorre a ideia de que o cruzamento entre habitação e vida urbana acabou por se tornar um dos objetos dos embates sobre a pobreza, suas configurações, para além da legitimação das formas de nomeação, contagem, classificação, cálculo, gestão e controle dos “pobres”. Assim também, nesse mesmo cruzamento, é possível encontrar uma ancoragem da reflexão sobre a natureza das proteções sociais. Entre direitos e mitigação das carências, essas proteções configuraram suas portas de saída? Configuram ainda, sem dúvida, modos de governo e procedimentos contábeis que ancoram as formas de triagem. Dessa

perspectiva são dispositivos que criam sujeitos e objetos (os públicos-alvo) segmentados, vinculados a um universo de mínimos sociais fortemente assinalados por instituições e agências multilaterais.

Assim o debate a respeito dos programas de habitação envolveu as dimensões relativas à sua configuração como parte da dinamização econômica para o enfrentamento brasileiro da crise mundial de 2008, em grande medida em função do caráter produtivo do setor de construção civil. Como decorrência dessas dimensões, os programas conformam-se como desdobramentos da produção de uma habitação social de mercado, mediada por associações e movimentos populares. Seriam então expressões do combate à pobreza como negócio e como mercado que acabaram por enredar movimentos e associações populares, num mix indeterminado de formas e modos de associação, nos modos de operacionalização de um programa público na sua modalidade entidades.

### **DEFICIT E DEMANDA**

A questão central dos encaminhamentos mais recentes de pesquisa diz respeito à diferença entre *deficit* e produção da demanda do programa. A hipótese da construção/ fabricação da demanda surge da discussão do PMCMV como parte de uma constelação de políticas sociais, que teriam caracterizado o chamado LULISMO (Cf. Singer, 2012). A esse respeito é preciso problematizar o déficit e sua produção como o resultado de um conjunto de instrumentos quantitativos, continuamente mobilizados por agências e instituições (Fundação João Pinheiro e IPEA). Algumas informações precisam ser mencionadas para esclarecer as diferenças entre déficit e demanda.

De acordo com a Fundação João Pinheiro e o IPEA, o *deficit* habitacional brasileiro caiu de **6.102** milhões de unidades, em 2007, para **5.792 milhões de unidades em** 2012. Nesse período, apenas em 2009 o *deficit* teria

apresentado um pequeno crescimento em termos absolutos (6.143 milhões de unidades), sempre em comparação com os números de 2007. Teria havido, então, um declínio consistente do déficit: de 10.8% das unidades habitacionais, em 2007, para 9.1%, em 2012.

Note-se, especialmente, **que se altera a composição do déficit** no período: houve uma redução da co-habitação (de 41 % para 32 %) e um aumento do **ônus excessivo** com o aluguel (**de 32% para 46%**). **O número de unidades precárias teria ainda declinado**

**de 21%, em 2007, para 13%, em 2012, ainda que a alta densidade das unidades alugadas tenha se mantido em 6%. Cinco regiões metropolitanas em diferentes localizações** (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba) mostraram um **aumento do déficit habitacional**, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos resultantes do **ônus excessivo com o aluguel** das moradias.

Observe-se que o componente de maior peso no déficit é o ônus excessivo com aluguel (**2.660 milhões de unidades ou 45.9% do déficit**, seguido por: co-habitação **1,865 milhão de unidades** ou **32.2%** das unidades; e unidades com alta densidade de habitantes - 382.000 ou 6.6%). Também é importante assinalar que o chamado *deficit* e sua produção ignoram a quantidade de imóveis vazios em áreas metropolitanas (onde o *deficit* cresceu). Esse cálculo permitiu uma importante transferência de fundos públicos para parcelas do setor de construção civil, incorporadoras, agentes que produzem a cidade e, sobretudo, a habitação de interesse social que se conformaria como mecanismo de distribuição de renda, ao lado de outros programas e políticas, estimulando e protegendo interesses financeiros vinculados às empresas construtoras e ao mercado imobiliário. Como resultado, o PMCMV, em suas duas modalidades (empresas construtoras e entidades), não deteve as grandes ocupações de terra e de imóveis durante o período de sua vigência (Ver Copa

do Povo e Nova Palestina, alguns dos quais já transformados em empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida)

Também é preciso notar que o primeiro plano para habitação, durante o primeiro Governo Lula (2003-2006), já apontava para a expansão do mercado dos setores populares, por meio da otimização dos investimentos públicos e privados no setor. Algo do pacto que caracteriza o lulismo como reformismo fraco já estava presente, ainda que em menor escala, apesar da caracterização de A. Singer, que aponta a emergência dessas características, principalmente a partir do segundo governo Lula (2006-2010).

O PMCMV pressupôs a criação de mecanismos para a proteção dos financiamentos habitacionais, bem como do capital investido, incluindo aqueles disponibilizados pelo mercado de capitais. Esses mecanismos postos em operação no PMCMV redundaram em uma fluidez das fronteiras entre o que se pode identificar como habitação social e o que se reconhece como “habitação de mercado” (Shimbo, 2010), propiciando, em escala nacional, a produção de uma “habitação social de mercado”, em que a produção/provisão de habitação social, bem como o mercado de habitação, teriam se beneficiado duplamente pela combinação de recursos dos dois subsistemas de financiamento – o público e o privado.

Esses elementos permitem a confirmação da hipótese que afirma o processo de financeirização/dominância financeira da política de habitação traçada por meio do PMCMV, permitindo explicar por que a produção habitacional abandonou a perspectiva dos direitos sociais e da habitação como direito, aderindo a uma lógica “de mercado”. (Royer, 2009 and Shimbo, 2010).

Ainda é necessário apontar que a viabilização e implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida – inspirado no modelo chileno e posteriormente divulgado pelas agências multilaterais – contou, para seu

processo de viabilização, com seu desdobramento na forma entidades. Com uma pequena parcela dos fundos e subsídios (os cálculos variam entre 1% e 3 % do total de investimentos públicos) o Programa conseguiu o apoio ou, pelo menos, a aquiescência dos movimentos de moradia “clássicos”, como os que se agrupam em torno da UMM, assim como os novos movimentos, como o MTST. Esses dois movimentos tiveram, historicamente, relações de maior proximidade (UMM) ou maior distância em relação aos governos do ciclo petista. Apesar de suas distinções e divergências, ambos aderiram e apoiaram o PMCMV – especialmente na forma entidades. Esse apoio se deve à alocação de fundos públicos para subsidiar a produção habitacional pelas entidades populares, processo que deveria ser precedido de sua certificação pelo Ministério das Cidades.

A hipótese da diferenciação entre *deficit* e *demanda*, desdobrada na que afirma a produção da demanda pelo próprio programa e seu modo de operação, é ousada e não se aplica somente à provisão habitacional, já que se originou de um conjunto de estudos sobre os programas e políticas sociais – em especial Programa de Saúde da Família e Bolsa Família. Desse ponto de vista, outros estudos enfatizam

*A importância dos critérios de definição da ‘demanda’, e de sua medida, dentro da própria lógica de justificação da instituição e de sua existência, que passa pelo serviço realizado e ...pela aplicação das regras que levam à sua concretização. Nessa perspectiva, a própria necessidade da população é secundária (...). Todavia, ficou evidente que a definição do acesso ao programa, assim como a definição da categoria dos beneficiários – ou a sua ‘rotulação’ (...) - o estabelecimento de regras a seu respeito e a sua justificação implica numa tarefa central da atividade dos trabalhadores sociais de forma geral. Constitui o coração dessa atividade (...) e forma a base de suas lógicas de legitimação (Georges e Santos, 2011).*

No âmbito do PMCMV – Entidades, as associações provenientes dos

movimentos ou aquelas que se convertem para a produção de unidades habitacionais e conjuntos (associativismo de ocasião) compõem os grupos de beneficiários, que deverão acompanhar o processo de produção das moradias submetidas à dinâmica do preço da terra/localização/viabilização dos conjuntos pelo número de unidades. A partir das incursões etnográficas foi possível identificar os procedimentos utilizados pelas associações para a composição dos grupos de beneficiários. Esses procedimentos obedeciam a uma lógica mais privada que pública ou politizante. Entretanto, a partir dessa dinâmica é a própria continuidade e legitimidade das associações constituídas, ou não pelos movimentos, assim como a continuidade, ou não, das assessorias técnicas e sua legitimidade, que passa a ser posta em questão. Nesse processo bastante complexo, a exemplo de outros programas e políticas, as associações e organizações se transformaram em ferramentas de operação do PMCMV, perdendo seu caráter de movimentos sociais que nasceram pela/na reivindicação de direitos, em especial, vinculadas ao direito à moradia e à cidade.

Desse modo, é possível afirmar que os achados de pesquisa apontaram para a disjunção clara entre *deficit* e demanda, por meio de uma problematização das duas categorias. Esses elementos permitem identificar, assim, conflitos e contradições presentes no Programa (ocupações de terrenos urbanos concomitantemente à produção de conjuntos, por exemplo, como ocorreu na Copa do Povo e Nova Palestina, e outras) que perpassam as relações entre movimentos de moradia, seu caráter crescentemente empresarial, que acaba envolvendo um modelo de negociação; o subsídio público e a natureza do lulismo definida por Singer, entre outros, como reformismo fraco e pacto entre frações de classe e Estado.

O caráter de mercado da política de moradia permite, ainda, vislumbrar o aquecimento do mercado por baixo, bem como a transformação da pobreza

em nicho de negócios, na contramão dos direitos à moradia e à cidade como historicamente reivindicados.

**1) Instâncias de ordenamento concorrentes e regimes de moralidade liminares: tudo junto e tudo misturado**

A normalização e capilaridade das experiências próximas ao “mundo do crime” apareceram nas falas recolhidas e situações de pesquisa sistematizadas em vários momentos, e a partir de objetos diversos, como a fala que se segue, de uma futura beneficiária do PMCMV - Entidades:

“Meu marido foi morto – vou logo dizendo. Foi morto porque fazia coisa errada. Eu tinha dois filhos e uns vinte e poucos anos quando ele foi morto”. Esmeralda, participante de um grupo do PMCMV entidades – abril de 2014, quando apontou que sua alternativa de moradia e sustento foi mudar para o quintal da casa dos sogros no extremo sul da cidade de São Paulo. Também seria possível relatar a “consciência dos momentos de vacilo” ou mesmo cenas do trabalho cotidiano dos agentes culturais nas atividades que se pautam pela oposição: práticas culturais x mundo do crime<sup>17</sup>.

Assim, também, em dezembro de 2012 – caminhando em atividade de acompanhamento de visita domiciliar com uma agente comunitária de saúde – sexta-feira, pouco depois das 12 horas, essa agente me perguntou: “a senhora não se importa de ser filmada, não é? A senhora acabou de ser filmada”. E, mais uma vez, pouco tempo depois: “Também não se importa de ser fotografada, não é? Também acabou de ser fotografada. É que hoje é sexta-feira à tarde. É

---

<sup>17</sup> Ver Rizek, C. S. « Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo », in André Singer e Isabel Loureiro (coord.), *Desigual e Combinado, Capitalismo e modernização periférica no Brasil*. Boitempo Editorial, no prelo.

dia do vale-cozinha ... quando a polícia chega pra cobrar a parte dela. Aí fica assim meio complicado”.

Essa mesma agente, contato de várias equipes de pesquisa graças à disponibilidade para receber pesquisadores e mostrar como conhece bem o bairro e as famílias atendidas, alertou sobre uma grande quantidade de indícios e de sinais visuais, sonoros, gestuais, completamente despercebidos para a equipe de pesquisadores. Talvez, por um contato cotidiano e muito provavelmente familiar com o tráfico, Imaculada pôde me mostrar o que **ela via** e o que **nós não víamos**, em um procedimento corriqueiro de acompanhamento e visita às famílias. Também nesse âmbito, uma dimensão visivelmente territorial se anunciava – sobretudo um modo de ler esses sinais, índices e pistas, que nasce de práticas e de modos de agência, das tramas e das relações, pouco visíveis para quem, ainda que aceito, não pertenceria àquele território, não eram parte daquela construção de práticas, redes, afetos e fluxos. Seria ainda possível indicar outros exemplos que parecem apontar o que Feltran (2011) mostrou, a partir das suas evidências empíricas.

Como já se observou (Georges & Santos, 2016, no prelo, capítulo 10), a análise da trajetória dessa agente comunitária demonstra a convivência e a utilização pendular de um conjunto de quadros de referência de conduta, quadros paralelos que possibilitaram, diante de um conjunto de dificuldades e urgências, que ela reassumisse o domínio sobre o seu destino e encontrasse saídas “de emergência”<sup>18</sup>.

As vicissitudes e urgências, a viração e o restabelecimento das condições de sobrevivência, presentes nesse percurso de mais de 50 anos, permitem compreender como diferentes lógicas e códigos morais, aparentemente antagônicos, de fato, coexistiriam. Nos meandros dessa

---

<sup>18</sup> Referência ao livro de mesmo nome, organizado pelas autoras e por Cabanes, R. e Telles, V. S. (2011).

coexistência, muitas vezes aparentemente labiríntica, é possível perceber como situações sombrias seriam superadas, como as emergências quase contínuas seriam contornadas, como se pode constatar na descrição a seguir:

A trajetória de Imaculada ilustra, ao lado de outras falas, em outras situações de pesquisa sobre programas de moradia ou agentes de cultura, essa capilaridade e normalização, esse vai e vem de práticas que compõem os territórios e que conformam a vida das populações-alvo e dos agentes que operacionalizam, na ponta, as políticas sociais. Talvez seja mesmo impossível compreender os desdobramentos e dimensões dessas políticas sem compreender essas dimensões de dobra, as oscilações e utilizações pendulares dos códigos e instâncias morais e de governo, no quadro de um conjunto nada evidente de relações de força, de modos e práticas de resistência e, ao mesmo tempo, de instrumentalização da cesta ou do quadro de referências, serviços, bens, virações, relações que vem compondo as práticas cotidianas da reconfiguração da pobreza no Brasil.

### **CULTURA, FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A VIRAÇÃO DE CADA DIA – A TRAJETÓRIA EMBLEMÁTICA DE UM AGENTE CULTURAL**

Chamava muito a atenção de toda equipe de pesquisadores do programa Minha Casa, Minha Vida/modalidade Entidades<sup>19</sup> a narrativa clara, a linguagem articulada, a disponibilidade de fala de Lísias. A maneira como a trajetória escolar e os fatos da vida política do país se entrelaçavam ao longo da narrativa não eram usuais entre futuros beneficiários do PMCMV-Entidades. Em Artur Alvim (periferia leste), em um sábado pela manhã, numa reunião de candidatos ao Programa, encontramos uma figura que fugia fortemente do padrão usual. Embora tivesse um rendimento muito próximo do limite do

---

<sup>19</sup> Pesquisa etnográfica, já mencionada, sobre o Programa MCMV- Entidades, concluída em 2015.

programa (R\$ 1600,00) como técnico e agente de cultura, em uma ONG, em Cidade Tiradentes – rendimentos perdidos rapidamente já que o contrato da ONG com o programa de Centro da Juventude acabou - Lísias trazia no corpo a marca de uma outra formação – via PROUNI – em uma faculdade particular da Zona Leste. É formado em Letras em um estabelecimento de ensino, já vendido para um outro grupo empresarial. Havia ali indícios de politização do discurso, um grau de domínio reflexivo sobre a própria trajetória, consciência dos momentos “de vacilo”, clareza de um projeto que – com idas e vindas, altos e baixos – parecia viável <sup>20</sup>

Morando com os pais em um quartinho nos fundos, sua trajetória estaria marcada pela inserção em Cidade Tiradentes e adjacências. Seu percurso profissional e de estudos tinham imposto, como condição para concluir o ensino de segundo grau, outra mudança de endereço: Vila Dalila, onde fosse possível a concomitância entre a escola e o trabalho informal e precário (que Lísias qualificou como trabalho escravo) em uma revendedora de carros usados.

Sua experiência de trabalho remontava à condição de trabalho infantil e adolescente, com o pai, consertando painéis nas feiras livres e vendendo chocolate nas estações de metrô. Tentou, também, por indicação de um amigo, trabalhar em loja de tecidos do Bom Retiro. Não obteve a vaga. Estudando e

---

<sup>20</sup> Ver a esse respeito *Malogros educacionais* de Maria Sylvania Carvalho Franco no Jornal O Estado de São Paulo, 5 de abril de 2015. No artigo a autora retoma a discussão que vincula educação e desenvolvimentismo. Comparando o que chama de “engrenagem cepalina” e o último sopro do desenvolvimentismo do primeiro governo Dilma. O artigo aponta a fragilidade da relação entre desenvolvimento e educação posta em marcha pelos governos do PT enfatizando a autonomia dos estabelecimentos de ensino superior transformados em negócios lucrativos, por meio de processo de concentração da propriedade que se expressou em fusões e aquisições. Assim, 1/3 dos contratos vão para cursos de baixo custo (direito, enfermagem, administração, pedagogia, ciências humanas). Esses processos podem ser vistos no horizonte das periferias urbanas da cidade de São Paulo em suas modulações e alterações recentes, assim como na trajetória de agentes sociais e culturais, ONGs e OSs que implementam programas e políticas e que estariam criando esse novo “social” por meio dos mecanismos de “inclusão”.

trabalhando onde era possível – na clássica viração brasileira – viu nascer os CEUs, em especial o CEU Inácio Monteiro, onde começou a fazer teatro, durante a gestão Marta Suplicy.

Essa nova descoberta das práticas teatrais foi de fato um ponto de inflexão. “Fizemos As Troianas e, nesse processo, graças ao diretor de teatro do CEU, descobri (...) que podia subir ao palco e falei – É isso que eu quero fazer da minha vida”. Começaria então uma trajetória que o encaminharia para o trabalho como agente de cultura, bem como para as agruras e alegrias de uma vida que sofreria as oscilações dos graus de precariedade e pobreza, ao sabor de projetos e financiamentos.

A primeira experiência de trabalho, a partir daí, foi a de agente cultural em uma escola no período de férias, implementando brincadeiras e experiências teatrais. Por meio de suas atividades de teatro e, posteriormente, da participação no Conselho Gestor do CEU, Lísias reencontrou uma professora, cuja ajuda teria sido fundamental para que escrevesse seu primeiro projeto e pudesse conseguir o posto de recreação por três meses, com um salário muito modesto – talvez o mínimo do período. Também por essa rede de contatos acabou por conhecer a ONG da qual participaria com um trabalho teatral com jovens. A ONG – Ação Comunitária teria mantido um convênio com a prefeitura de São Paulo por cinco anos, não renovado na atual gestão. Desse modo, como agente de cultura, Lísias chegou a receber – depois de duas promoções, cerca de R\$ 1700,00 por um trabalho diário com teatro para jovens que, como afirmou, “ não caíram na droga e na rua; só alguns ... um deles (...) consome crack... os demais, não. São como filhos que a gente encaminha ...”

Depois da não renovação do “projeto” com a ONG em que trabalhava, Lísias estava desempregado. Sua renda não ultrapassaria os R\$ 1600,00 – teto do programa de moradia PMCMV-Entidades naquele momento. Durante a entrevista, vendo o álbum da formatura que mostrou com orgulho, pedi que

falasse sobre os vários pontos de cultura e equipamentos culturais de Cidade Tiradentes. Lísias os conhecia bem: o Centro Cultural, os CEUs, as ONGs que operacionalizam os programas de Assistência, o ponto de cultura do bairro, a Biblioteca Solano Trindade, vinculada ao coletivo Força Ativa, grupo importante no local, o Pombas Urbanas. Tinha o mapa dessas iniciativas na cabeça, assim como, por meio de uma trajetória que combinava locais de moradia, escape do mundo do crime e trabalho com adolescentes, pois também conhecia os percalços da proximidade com o tráfico.

Desempregado, não parecia querer “voltar atrás”. Queria trabalhar com teatro e talvez no cruzamento entre teatro e educação, fazendo jus à qualificação adquirida, em especial na Trupe de Choque, coletivo premiado, contemplado pelo fomento ao Teatro de São Paulo.<sup>21</sup> Ao mesmo tempo, é importante caracterizar a ONG, cujo contrato de gestão não teria sido renovado pela gestão Haddad. Trata-se da Ação Comunitária, fundada em 1967, que se autodefine como resultado da ação de “grandes empresários brasileiros”.

*Em seus 47 anos de trajetória, a Ação Comunitária vem construindo um sólido conhecimento na área socioeducativa e de desenvolvimento comunitário, que remete ao seu surgimento (...) quando grandes empresários (...) decidiram investir em projetos sociais arrojados que se diferenciavam do padrão tradicional assistencialista. Tal espírito de pioneirismo perpetuou-se na cultura e nos valores da Ação Comunitária, que (...) busca atuar de forma inovadora(...). Como resultado do Planejamento Estratégico 2013 - 2018, a oferta de serviços sociais para inclusão social foi reorganizada para criar maior especialização e sinergia entre todas as áreas da organização. Estabeleceu-se como prioridades, além do atendimento (...) a aproximação junto ao governo*

<sup>21</sup> Para a **II Trupe de Choque**, promover residências artísticas em bairros periféricos ou em locais como hospitais psiquiátricos “significa abordar a exclusão e o isolamento provocados pela sociedade do consumo, buscando (...) questionar (a) ... segregação e as distâncias físicas e simbólicas que ela é capaz de impor”. Seus espetáculos contam com um processo de investigação que envolve Núcleos de Pesquisa artística na sua sede, em equipamentos públicos, entre os quais os CEUs. Além deste objetivo, realizam-se ensaios abertos e outras ações culturais que envolvem os projetos do grupo. Ver [http://www.teatropedia.com/wiki/II\\_Trupe\\_de\\_Choque](http://www.teatropedia.com/wiki/II_Trupe_de_Choque) consultado em 28 de agosto de 2014

*para influenciar políticas públicas, produção e a disseminação de conhecimento.*<sup>22</sup>

Esse mix de práticas – combinando na mesma trajetória uma ONG de inscrição empresarial nas velhas e novas concepções vinculadas à filantropia brasileira, grupos de teatro que lutaram e conquistaram a Lei do Fomento Público em movimentos pela autonomia da produção teatral (Arte contra a Barbárie e Redemoinho) - parece apontar para um conglomerado nada homogêneo de concepções, sentidos, modos de operação que constituem novos agentes e trabalhadores da cultura e “do social” nos territórios mais pobres da cidade e em seus equipamentos. Nesses territórios conformam-se os públicos-alvo de programas sociais e de cultura entrelaçados em novas combinações.

A esse respeito cabe lembrar que, interrompida pela gestão em curso na Prefeitura de São Paulo, a continuidade do governo do PSDB consagrou um “modelo” de gestão privada de equipamentos que parece tangenciar as práticas de ONGs de natureza empresarial, como a Ação Comunitária. Por esse motivo, visitar esse processo pelo qual se cruzam formas de privatização pode ser útil para desvendar uma parcela das **periferias e das classes populares como nichos de negócios** que se retroalimentam.<sup>23</sup>

## **O TRABALHO PRECÁRIO E FLEXÍVEL COMO PROJETO DE VIDA**

Na trajetória de Lísias, fomento público ao teatro, políticas e equipamentos culturais e educacionais como os CEUs e o PROUNI, ações culturais voltadas para a juventude, transformada em público-alvo no combate à pobreza por ONGs e OSs, conformam uma inserção precária e bastante

---

<sup>22</sup> A ONG tem como parceiros construtoras, bancos, grandes redes de varejo e de comunicação. Destacam-se como programas: formação continuada de educadores, Primeiras Letras, Ritmo som e movimento, Preparação para o Trabalho, Conexão Jovem, Brincadeiras que educam. Cf In <http://www.acomunitaria.org.br/> consultado em 28 de agosto de 2014

<sup>23</sup> Ver entrevista de Paulo Arantes já mencionada.

“flexível” em um mercado de trabalho pouco concebido como tal, que combina “trabalho social” e “trabalho cultural” ou, antes, o trabalho como agente cultural enquanto “trabalho social”. Essa imbricação está presente em parte significativa dos projetos culturais voltados para as populações de baixa renda, como se pode observar nas informações e dados a respeito da gestão do Projeto Guri.

Uma das dimensões do desdobramento de programas e projetos que entrelaçaram a produção cultural com o trabalho social acabou se ancorando em uma das saídas para o enfrentamento de um novo modo de conformação das práticas e da produção de artes e cultura: trata-se da constituição de coletivos de artistas - de teatro, dança, artes plásticas etc. Esses grupos, assim como o número de profissionais envolvidos com o trabalho artístico estão em crescimento significativo no Brasil, desde a década de noventa. Nas periferias adquiriram uma face própria e constituíram um mercado de trabalho que traz a marca do precariado brasileiro.<sup>24</sup> Entre os que vivem do trabalho artístico ou das práticas dos agentes culturais, há uma grande predominância do trabalho por conta própria. Porém, crescentemente, em função de políticas e programas sociais, alguns coletivos e grupos se transformaram em cooperativas, (pondo em operação um conjunto de novos e velhos dispositivos do trabalho) ou ONGs, ou acabam por gerir projetos financiados por Organizações Sociais. Pode-se apontar que a maioria desses agentes trabalha de maneira informal ou precária, de forma bastante “naturalizada”. Lísias, por exemplo, quer viver de teatro, como ator, agente cultural ou técnico, mesmo que isso implique nunca ter experimentado a situação de um vínculo formal de trabalho “com carteira”. A menção à formalização das relações de trabalho, distante das expectativas e da

---

<sup>24</sup> Lilianna Segnini apontou um crescimento de profissionais dos espetáculos e das artes da ordem de 67% entre 1992 e 2006. É possível perceber uma certa estratificação dessa precariedade entre profissionais das artes e da cultura que fazem parte das camadas de alta e média renda dos agentes culturais e artistas que se encontram nos estratos de mais baixa renda, habitando as periferias das cidades brasileiras.

experiência de parte considerável dos profissionais em arte ou de agentes de programas de cultura da atualidade, parece apontar que estão em cena novas formas e novos modos de regulação e objetivação que normalizaram a precarização das condições de trabalho e vida, a condição temporária de provimentos oriundos de cachês, leis de incentivo, formas de trabalho cooperativado e, finalmente, como acontece com parte considerável dos trabalhadores brasileiros, a “viração”, não mais como sinal de atraso, mas como condição perene. A flexibilização do trabalho se agrega às formas de uso da força de trabalho nos últimos 30 anos. Se é verdade que nem todo trabalho flexível é precário, ainda que no Brasil essa aproximação seja bastante plausível, também é interessante notar que a literatura sobre o trabalho e o mercado de trabalho aponta que as formas de contratação e de precariedade do trabalho em artes e cultura parece se constituir dispositivo e experimentação, revestida de um conjunto de justificativas enobrecedoras e supostamente emancipadoras: o trabalho voluntário que deixa de ter conteúdo meramente filantrópico para entrar na agenda das práticas empresariais; as dimensões corporativas de uso de um trabalho que se distancia das formas clássicas e aparece como não trabalho; o nascimento de dispositivos poderosos de intermediação entre corporações empresariais e populações organizadas como “comunidades” carentes a serem ordenadas e integradas à “vida em sociedade”, isto é, passíveis de se tornarem objetos de governo ou governamentalidade;<sup>25</sup> novas formas de gestão, que se transformam e se desdobram no gerenciamento da precariedade dos trabalhadores em arte e cultura, na administração da vida das populações transformadas em público-alvo de práticas, em um leque de formas organizacionais – institutos, ONGs, Organizações Sociais e seus mecanismos de financiamento. É possível, assim, entrever que os trabalhadores que constituem o campo das práticas de cultura,

---

<sup>25</sup> Ver M. Foucault **Em Defesa da Sociedade**, Martins Fontes, São Paulo, 2002

em especial os mais empobrecidos, que combinam cultura e “trabalho social”, se conformaram como uma espécie de **núcleo avançado de flexibilização do trabalho**, o que se coadunou com financiamentos por editais, fluxos de financiamento público e privado, condição informal e precária de vida e trabalho elevados à situação de normalidade e normalização.<sup>26</sup>

A gestão da produção e da vida “por projetos”, que não se restringe aos profissionais das artes, talvez seja o exemplo mais claro dos desdobramentos dos processos de flexibilização, que resultam em um trabalho de múltiplas tarefas pela incorporação crescente dos saberes de gestão, pelo domínio da técnica de produção de projetos de financiamento, ou pela contratação de profissionais especializados na elaboração de projetos para pedido de financiamento e seus desdobramentos. A vida e o trabalho pautados por projetos, financiamentos e suas oscilações acompanha os processos de terceirização e gestão das grandes empresas e resulta na produção de vínculos de trabalho instáveis, temporários, subcontratados ... e, talvez, o campo do trabalho nas artes e na cultura e sua complexidade, suas virtualidades e possibilidades, suas potencialidades emancipadoras e humanizadoras tenham funcionado como dispositivo e como uma espécie de antecâmara para esse conjunto de inovações organizacionais que captura a elaboração e efetivação do trabalho que envolve a construção de subjetividades de modo significativo. Talvez fosse possível perceber essa progressão crescentemente naturalizada como instância do que Dardot e Laval denominaram *fabricação de sujeitos neoliberais*. Processo que ganharia espaço não apenas entre gerentes e gestores, mas entre as camadas empobrecidas do precarizado, cada vez mais

<sup>26</sup> Ver Liliana Segnini que mencionou a obra **Retrato do Artista enquanto trabalhador** de Pierre Michel Menger, Roma Editora, Lisboa, 2005. Esse autor constrói a ideia de que as artes e o trabalho artístico se constituem como laboratório de flexibilização. Utilizo aqui a ideia de **dispositivo** mais do que a ideia de laboratório. A respeito dessa noção ver G. Agamben, **O que é o contemporâneo**. Argos, Porto Alegre, 2009. Cabe ainda lembrar o vínculo entre produção cultural e artística e negócio. Veja-se ainda a ideia de focalização das políticas culturais, expressão utilizada por C. R. Lara Guimarães, in *Tendências das Políticas Culturais em Tempos de Capitalismo Tardio*. Universidade e Revista ano XXI n. 50. Brasília. Andes 2012.

marcadas pelo ideário do empreendedorismo, transformadas em empreendedores de si e empreendedores sociais e culturais, não só pela propagação de um ideário do “empreendedorismo” mas através de um vocabulário e de uma gramática que percorrem o processo, que vai da formulação à operação de programas apresentados como virtuosos, integradores, inclusivos, vinculados a um horizonte de conquista de direitos. Mais do que isso, talvez possamos perceber o modo como o financiamento privado e público da produção cultural, na exigência de suas contrapartidas – tenham transformado a vida e o trabalho pautado por projetos em modo de gerir não apenas a vida e o trabalho dos produtores e criadores, mas também de seus públicos-alvo, acondicionados em programas de inclusão pela cultura.

Há também uma enorme semelhança entre esse processo de produção de projetos e obtenção de patrocínios públicos e privados e uma transformação de coletivos de arte e de artistas em ONGs. Nessa confluência, pode estar operando mais um ponto de articulação entre produção cultural e trabalho social que, por meio de práticas ainda ancoradas nas dimensões emancipadoras das relações arte/sociedade, acaba por **produzir um social como dimensão híbrida**<sup>27</sup>, como criação de objetos de gestão, acomodação e pacificação da precariedade e da desigualdade. A constituição desse novo *modus operandi*, dessa nova forma das relações entre Estado, capital, mercado e produção cultural também gerou um conjunto de lutas e conflitos e algumas conquistas em âmbito municipal e nacional. Assim é preciso mencionar que o destino dessas vitórias é significativo, já que geraram opacidades e ambiguidades como: discussão permanente sobre critérios de arbitragem e tomada de decisões e as oscilações pendulares entre obtenção e não obtenção de financiamentos, comprometendo a permanência de grupos e coletivos, nos territórios mais pobres da cidade.

---

<sup>27</sup> Ver Entrevista Paulo Arantes já mencionada.

No âmbito do que se observou, a trajetória de Lísias apontou para um aprendizado que conforma a gestão da própria vida, a partir desses expedientes e dispositivos, uma gestão de si e da própria sobrevivência, na/ pela ausência de vínculos de assalariamento e direitos, consolidando e redefinindo o chamado “trabalho autônomo”, que tangencia crescentemente as formas de empreendedorismo e empresariamento da cultura e do trabalho social. Ainda nesse mesmo âmbito, objetividades (trabalho precário) e subjetividades (a ideia de uma normalização desses processos) são atravessadas por um conjunto de agenciamentos novos. São dispositivos que se enredam em um horizonte de empresas e de um conjunto de “comunidades” reencontradas e **simuladas** em públicos-alvo.<sup>28</sup> Essas dimensões parecem redesenhar os campos e mecanismos de produção e divulgação da cultura e de seus financiamentos. Resta, então, entender que se trata da constituição de um campo de forças, de conflitos. Então, cabe perguntar pelos elementos que se constituem os eixos estruturantes dessa conformação, tanto em seus novos componentes, como em suas redefinições e deslizamentos.<sup>29</sup>

Alguns elementos marcantes ganharam também destaque nas incursões etnográficas e nas trajetórias recompostas como material de pesquisa. Entre eles, a presença do “crime” como traço do cotidiano<sup>30</sup>, como

<sup>28</sup> Em texto de qualificação, Guimarães afirma que a obtenção do financiamento por meio de projetos e editais é frequentemente anterior ao encontro da “comunidade” com o qual será desenvolvido. Há exceções e alguns projetos têm resultados muito interessantes do ponto de vista da visibilidade de experiências e tradições vivas. Resta saber se essas experiências são a regra ou a exceção. In C. R. Lara Guimarães – Entre o encantamento e a experiência vivida: uma tradução dos pontos de cultura em Belo Horizonte (MG) 2010 – 2014

<sup>29</sup> Dessa perspectiva cabe notar as dimensões postas a nu a partir do coletivo “Fora do Eixo”, anteriormente hegemônico na Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo e presente no Ministério da Cultura – gestão Juca Ferreira. Em entrevista recente na secretaria da Cultura da cidade de São Paulo, o coordenador dos CEUs afirmou que esse coletivo e seu ideário fortemente vinculado ao empresariamento da cultura e às “oportunidades de negócio” têm acesso pequeno aos grupos e coletivos de cultura da zona Leste da Cidade de São Paulo. Ao que parece, onde há uma dimensão politizada, a hegemonia dessa e de outras iniciativas têm menos alcance.

<sup>30</sup> Com Gabriel Feltran, é possível utilizar a expressão “mundo do crime” como “uma representação do conjunto de relações sociais e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos. (...) O “mundo do crime” é também

esfera que se localiza sempre ao lado, nas diferentes narrativas, embora se possa constatar sua capilaridade, sua interioridade e intimidade com os entrevistados.<sup>31</sup> Essa presença e essa “dobra” que combinam legalidades e ilegalismos, geridos cotidianamente pelos diferentes lados desse origami, apontam que o crime ganhou um aspecto de normalidade notória, passando a compor as cenas e as rotinas diárias, alterando as gramáticas que ordenam e constituem as relações. Talvez as dimensões mais evidentes desses exemplos de normalização venham exatamente do fato que as incursões a campo, que acabaram por apreender as práticas e dimensões do “crime”, tinham como objeto programas de moradia, ou de saúde, ou a operacionalização de programas sociais ou de cultura, ou ainda cooperativas de emprego e renda. Sua transversalidade e capilaridade são quase onipresentes, bem como a pluralidade de códigos que orienta práticas e cotidianos. Por vezes, de modo paradoxal e por vezes, de forma associada à presença do crime e em nome do combate a ele, outras presenças e mediações se articulam constituindo os novos componentes que vêm alterando a dinâmica cotidiana e suas cenas nas periferias urbanas, cenas que se normalizam e se alastram, constituindo novos ordenamentos sociais inscritos indelevelmente naqueles espaços.

Dessa perspectiva, talvez não seja possível pensar nessas práticas e ordenamentos da vida cotidiana nas periferias contemporâneas sem colocar no

---

um ambiente de sociabilidade e o argumento é que ele tem se expandido para além dos praticantes de atos ilícitos”. Feltran, Gabriel de S. in *Trabalhadores e Bandidos categorias de nomeação, significados políticos*, [www.neip.info/html/objects/\\_downloadblob.php?cod\\_blob=724](http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=724) consultado em 15 de maio de 2014

<sup>31</sup> Algumas falas apontam para essa normalização das experiências próximas ao “mundo do crime” tal como aparecem em relatos sobre a viuvez precoce de uma participante de um grupo do PMCMV entidades (abril de 2014) ou nas perguntas de uma agente de saúde que percebeu que estávamos sendo fotografadas e filmadas. “É que hoje é sexta- feira à tarde. É dia do vale coxinha ... quando a polícia chega pra cobrar a parte dela”... (dezembro de 2012). Em atividade de campo em setembro de 2013, com bolsistas e estudantes, passamos pelo centro de Cidade Tiradentes, quando ouvimos, em tom pouco amigável: “porque vocês estão filmando? Estão filmando nós!” Desligamos a câmera, guardamos os equipamentos e seguimos nosso percurso.

horizonte um conjunto de programas e políticas sociais combinadas, que vão de programas de transferência de renda aos programas de incentivo e às práticas culturais; de programas de saúde aos de moradia, bem como pelas teias e tramas que ganham densidade a partir dos desenhos e normativas de cada programa, de suas proposições e dispositivos com origem nos órgãos e instituições que compõem o Estado e que se estendem até operadores, condicionalidades, implicações locais. Essas tramas de relações, pressupostos e formas de operação se desdobram pelas condições de vida, pelas formas de consumo e endividamento, pelas perspectivas e fluxos de trajetórias de moradia nas cidades e suas periferias. Assim, além da transversalidade e capilaridade da dobra legal/ilegal, programas e políticas sociais, processos de mapeamento, gestão e produção de públicos-alvo comparecem, também transversalmente, pela mão das novas formas de consumo, pela inserção em um ou vários programas ou pela inevitável contabilidade e mapeamento pelo Cadastro Único e suas muitas operacionalidades e funcionalidades.

Desse modo, uma última observação oriunda das incursões a campo talvez possa recolocar em questão os novos núcleos e modos de governo pequeno e cotidiano que se espalham pelas periferias. Trata-se, exatamente, dos programas e políticas sociais (Bolsa Família, programas de cultura, programas de saúde, programa Minha Casa, Minha Vida) que reconfiguraram o cotidiano das populações das periferias, desdobrando-se em um conjunto de modos e agentes de operação que, para além das condicionalidades, implicaram “trabalho social” e ancorando-se no já mencionado Cadastro Único<sup>32</sup>. Importa assinalar que esses processos redundam em mapeamento e

---

<sup>32</sup> « O Cadastro Único é um banco de dados que foi criado para o Governo Federal possa saber melhor quem são e como vivem as famílias brasileiras mais pobres. (...) No Cadastro Único temos dados sobre renda, tipo de moradia, escolaridade, idade e outros. O cadastro deve ser atualizado a cada dois anos ou sempre que houver uma mudança na situação da sua família. Podem ser cadastradas as famílias (...) que ganham até meio salário mínimo mensal por pessoa; ou que ganham até 3 salários mínimos de renda total por mês”. A inscrição é condição para os benefícios dos programas como o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Telefone Popular, entre outros. In

construção de públicos para os mais diversos programas, o que também acaba incidindo sobre a construção minuciosa das demandas, condições e modos de acompanhamento de cada programa. Nesse feixe - por vezes articulado (mas não necessariamente de modo prévio e muito menos na forma de um complô conscientemente armado) de processos e programas e seus modos cotidianos de implementação e acompanhamento - duas observações ganham corpo. A primeira diz respeito à construção e, principalmente, à forma de operação e à capilaridade dos programas, o que acaba por configurar o que, com Paoli, poderia ser identificado como um “mundo do indistinto”<sup>33</sup> ou um “mundo da indistinção” em que se embaralham, por exemplo, associações oriundas dos movimentos sociais com instituições que se conformam como Organizações Sociais de todos os tipos, o que se constituiu em um campo que abrange desde organizações religiosas até fundações de origem empresarial. De qualquer modo, seria possível identificar aí um processo importante de gestão da vida cotidiana pautada por critérios de eficiência mensuráveis nos termos de cada um dos programas. No âmbito desses programas, é possível e necessário identificar um deslizamento que permite compreender como os operadores se transformam e são transformados por esses mesmos critérios de avaliação e eficiência, crescentemente acoplados aos programas sociais, que se instituem como poderosos instrumentos de gestão da vida de todos os dias, de organização e de mapeamento da pobreza, de transformação das populações em situação de precariedade em públicos-alvo fragmentados por idade, sexo, atividade, necessidade, não raro identificada e atribuída a partir de critérios de cada programa, de cada uma das instituições e atores envolvidos.<sup>34</sup> É

---

<http://www.servicos.gov.br/repositorioServico/cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal-cadastro-unico>

<sup>33</sup> Ver Paoli, M. C. – *O mundo do indistinto* in Oliveira, F. e Rizek, C. S. (orgs) **A Era da Indeterminação**. Boitempo, São Paulo, 2007

<sup>34</sup> Cf. Paoli, *op. cit.*, p. 228: “Operou-se uma passagem que abandona a estruturação clássica baseada em classes sociais distintas, antagonicamente relacionadas, para uma classificação cujo recorte é montado por critérios de renda, faixa etária, pertencimento étnico, de gênero, patamar educacional e inserção no mercado de trabalho – e (...)cada um destes critérios torna-se um grupo social, para quem não apenas é

imprescindível, ainda, que se possa encontrar uma fenda de descrição e compreensão que supere as identidades pendulares atribuídas a essas mesmas populações, que oscilam entre a culpabilização, a criminalização e a vitimização.

35

As dimensões, formas, desdobramentos e modulações do trabalho social que acompanha cada programa, sua insistência discursiva em formas de avaliação e eficiência parecem operar uma funda despolitização que, ao menos temporariamente, parece afastar esses grupos - devidamente fragmentados a partir de critérios identitários - de sua constituição enquanto sujeitos políticos ou, pelo menos, sujeitos políticos vinculados a um horizonte de formação de uma experiência de classe. Esse complexo de elementos combinados enquanto tecnologias sociais de gestão da pobreza operam também por meio de um processo nada desprezível de **ativação e mobilização de recursos pessoais, culturais, de sociabilidade das populações no sentido da sua inserção** em atividades vinculadas ao funcionamento de uma economia de mercado, que poderia operar na transformação da pobreza em nicho de pequenos e grandes negócios<sup>36</sup>. Essa gestão e ativação por meio dessas políticas viabilizaram um conjunto de novas atividades que recebem a marca dos empreendedorismos de todos os tipos: da microempresa que formaliza o trabalho passível de ser

---

dirigida uma programação específica, 'adequada' à sua nova inserção limitada no mundo – programações uniformes e específicos para jovens, crianças, velhos, mulheres, (...) Todo esse arranjo fere de frente a capacidade política dessas pessoas, fechando as possibilidades de interação múltipla, ou seja, como mostra (...) Rancière (...), 'a supressão da aparência do povo e de sua diferença a si: (...) o fato de cada um estar em seu lugar, de fazer ali sua própria atividade e ter a opinião idêntica e de fazer ali o que há para fazer ali'. Confirma também (...) os achados foucaultianos sobre o que chamou de "a tecnologia política dos indivíduos" e a assustadora sobreposição da contagem estatística com a vida real da sociedade".

<sup>35</sup> Cf. Natália Melo *L'inclusion et la formation de ses limites: une étude de l'assistance aux sans domicile fixe*, apresentado no Seminário do Projeto Latinassist em Nogent sur Marne, - fevereiro de 2014

<sup>36</sup> Ver a esse respeito Sanfelici, D. M - *A metrópole no ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliária no Brasil* Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FFLCH – USP, 2013. Em análise do setor da construção civil no Brasil, demonstra-se que a lucratividade a partir de 2007 resulta de um processo de investimentos no chamado "setor econômico" combinado com a abertura dos capitais nas bolsas de valores. Ver ainda Lucia Shimbo, **Habitação social de Mercado. A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**, Belo Horizonte, Ed. C/Arte, 2012.

compreendido como informal<sup>37</sup> ao empreendedorismo social de novas e velhas associações, bem como ao empreendedorismo cultural de coletivos que acabam por encenar o que D'Andrea qualificou, a partir de categorias nativas, como “orgulho periférico” ou como “sujeitos periféricos”.<sup>38</sup> Também chama a atenção de observadores mais atentos que essas políticas vistas como de ativação – que explicitam o que está presente como recurso pouco ou nada utilizado para fins de inserção econômica e de mercado – tomam as dimensões subjetivas e os elementos presentes nas dobras mais ou menos implícitas de relações e formas de sociabilidade como molas propulsoras para a realização de atividades assimiladas à esfera da realização econômica. Caberia, então, ressaltar, por hipótese, um deslizamento entre uma subjetividade que era, na análise dos movimentos sociais e populares dos anos setenta e oitenta, pressuposto analítico de resistência e conflito – nem sempre visíveis –, a partir de matrizes de análise ancoradas em autores como E. P. Thompson<sup>39</sup>, para a necessidade de se pensar as dimensões subjetivas como o que alguns compreendem como “fabricação do sujeito neoliberal”, a partir de uma concepção, segundo a qual o neoliberalismo não se conforma apenas como mais um momento da história do capitalismo, mas como uma racionalidade que passa a lhe ser própria.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> Dessa perspectiva cabe ressaltar que os velhos binaridades, entre as quais a clivagem entre trabalho formal e informal não parecem mais ter potência descritiva para dar conta das novas formas de inserção produtiva, inclusive as resultantes dos programas de estímulo ao empreendedorismo.

<sup>38</sup> Ver D'Andrea, T. *op. cit.* Também é possível mencionar a análise de Marcia P. Leite que aponta uma “gestão diferencial dos territórios” aplicada às formas de ativação de populações das diferentes favelas do Rio de Janeiro, *De "territórios da pobreza" a "territórios de negócios": dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de "pacificação"* - ANPOCS, Águas de Lindóia, 2013

<sup>39</sup> A menção a Thompson indica uma referência de impacto nas ciências humanas no Brasil dos anos setenta.

<sup>40</sup> Ver, a esse respeito, Laval, C. e Dardot, P. *La nueva razón del mundo*, Gedisa Editorial, Barcelona, 2013. Os autores sustentam que o neoliberalismo é não apenas ideologia ou política econômica, mas uma racionalidade que tende a estruturar e organizar a ação dos governantes assim como a conduta dos governados. Seriam suas características a generalização da competição como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, um capitalismo sem o lastro de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como (...) norma geral da vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto dos discursos, práticas e dispositivos que

Assim, trata-se de identificar, no cotidiano das regiões periféricas das cidades, **formas de gestão e de gestão diferencial de territórios periféricos** no sentido: da fabricação de nichos de **negócios** - como se pode constatar a partir do programa Minha Casa, Minha Vida; como de **formas de governo**, que se associam e conformam aquilo que Lautier denominou “governo moral dos pobres”<sup>41</sup>; e/ou, a partir da presença de formas militarizadas que se desdobram em extermínio e encarceramento massivos de populações pobres e negras. Também é preciso notar que esse governo da pobreza, bastante invisível e ancorado nas “virtudes morais”, pode ter como tentáculo o que se convencionou chamar de “economia criativa”, que faz explodirem, de um lado os novos coletivos de produção cultural em uma miríade de atividades, projetos, parcerias; e, de outro, associações não raro resultantes dos movimentos populares e sociais, ONGs e Organizações Sociais que se voltam para a implementação e acompanhamento de cada um desses programas e seus financiamentos e benefícios. Desse ponto de vista, o exemplo do programa Minha Casa, Minha Vida-Entidades é emblemático exatamente porque deveria contemplar as entidades constituídas pelo longo percurso de lutas dos movimentos de moradia. Por outro lado, também é importante notar que algumas dessas entidades contempladas e constituídas como participantes do referido programa reverteram suas atividades a partir de outros setores de atuação – bastante diversos, diga-se de passagem – para operar como “máquinas de produção de casas”<sup>42</sup>, para construir a demanda e organizá-la a partir de uma rede de sociabilidades frequentemente privada (família, vizinhança, conhecidos), para além de qualquer vínculo público ou politizante.

---

determinam um novo modo de governo dos homens (...)” O conceito de ‘racionalidade política’ elaborado por Foucault estaria então na base dessas considerações. Uma racionalidade política é pois (...) uma racionalidade governamental” p. 15

<sup>41</sup> Ver **Revue Tiersmonde**, março de 2013, Lautier, B. *Gouvernement Morale des Pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique Latine*.

<sup>42</sup> Depoimento de uma liderança de entidade participante do PMCMV- modalidade entidades.

Diante desse quadro de constituição de um governo moral dos pobres, que ganha operadores e modos de operação que poderiam ser identificados como margens do estado, localizando-se em zonas de indeterminação ou zonas de indistinção entre o Estado e o que acabou sendo denominado sociedade civil, no cruzamento da constituição da demanda de cada programa e dos protagonismos e formas de participação requeridos para que o “bom beneficiário” acabe contemplado, cumprindo as condicionalidades de cada benefício, uma nova injunção coloca no horizonte interrogações a respeito da vida cotidiana. O processo de esgotamento do lulismo, pensado como reformismo fraco, pode ter criado um vácuo que, no âmbito de camadas de maior renda, vêm permitindo a expressão de uma guinada à direita, de proporções, no mínimo, assustadoras. Do lado dos trabalhadores e da população pobre, pode-se apontar a timidez e, talvez, a inversão da lógica que presidiu a luta e a conquista de direitos, mesmo que haja indícios de alguns embates – como por exemplo, as mobilizações por transporte ou a recusa dos modos de operar do coletivo, Fora do Eixo, nos territórios urbanos que acolhem os grupos culturais mais politizados. De qualquer modo, o horizonte dos direitos parece ter se desvanecido; parece ter sido esvaziado de suas dimensões politizantes. Resta saber se esse horizonte já foi definitivamente enterrado, permitindo novas destituições dos patamares de conquistas que mal chegaram a se constituir.

### **CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS**

A partir do cruzamento de várias temáticas de pesquisa – o trabalho, as privatizações, a captação da demanda e os regimes morais – esse experimento coletivo de pesquisa fez emergir um novo objeto: aquele “social” reconfigurado que se constitui uma das características principais das formas de governo dos anos 2000. Um dos traços principais desse dispositivo de governo, que garantiu uma certa governamentalidade, durante mais ou menos uma

década, é seu caráter híbrido, pouco nítido, de junção inédita entre fabricação/reconhecimento da demanda social, políticas sociais e mercado, provocando uma transformação, pouco evidente, da política (social) em negócio. Nesse sentido, o trabalho pôde ser apreendido como resultado do processo de criação de informalidades, impulsionado, entre outros atores, pelo Estado; as privatizações de certos setores deram lugar a um planejamento social privado; a “demanda” da população, ou a demanda social ocupou o lugar da “participação”, legitimando as entidades que participam desse novo mercado do social; e, atravessado e recriado pelas trajetórias, esse novo meio social dá lugar a um conjunto de moralidades, cuja característica principal parece ser o seu entrelaçamento. O seu resultado concreto é o encolhimento do conflito, o desaparecimento das posições divergentes e das relações de poder entre indivíduos e coletivos, esvaziadas do seu sentido, em favor de um empreendedorismo e empresariamento, que se instaurou como o valor dominante e, principalmente, estruturante. Desta forma, esperamos ter mostrado como, concretamente e a partir do trabalho de campo, dominação e apropriação, dispositivos e agenciamentos, dimensões funcionais como nós de circuitos e representações e discursos se articularam em uma riqueza, que talvez apenas a imersão nas dimensões percebidas e vividas pelos contrapontos entre regimes de enunciação e visibilidade, possam ser apreendidas.

## **BIBLIOGRAFIA**

Braga, R. A política do precariado do populismo à hegemonia lulista, São Paulo boitempo, 2012

Cabanes, R., Georges, I., Rizek, C.S. e Telles, V.(orgs.) Saídas de Emergência: Ganhar/Perder a vida na periferia de São Paulo, São Paulo: Boitempo, 2011.

Das, Veena; Poole, Deborah (Eds.) Anthropology in the Margins of the State. 330 p., Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

Freire da Silva . Migrants boliviens et travail informel dans le circuit de la confection. In: Cabanes, Robert; Georges, Isabel. (Org.). São Paulo: la ville d'en bas. Paris: L'Harmattan, 2009, v. , p. 57-68.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

GEORGES, I. P. H.; SANTOS, Y. G. . As « novas » políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência. Produção local de serviço e relações de gênero. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GEORGES, I. P. H.. Les revers de la formalisation dans le travail du care au Brésil. *Studi de Sociologia*, v. 3, p. 299-312, 2015.

GEORGES, ISABEL P.H.; RIZEK, CIBELE S. ; CEBALLOS, MARCO . As políticas sociais brasileiras: o que há de novo?. *Caderno CRH (UFBA. Impresso)*, v. 27, p. 457-461, 2014.

GEORGES, I. P. H.. Reconfiguration des politiques sociales au Brésil. Le genre de l'assistance à São Paulo. *Travail, Genre et Sociétés JCR*, v. 32, p. 45-61, 2014.

Georges , I. e Santos, I, G, *A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social*, Comunicação na ANPOCS, Caxambu, 2011.

GEORGES, I. P. H.. Entre participação e controle : os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo. *Sociedade e Cultura (Impresso) JCR*, v. 14, p. 73-85, 2011.

GEORGES, I. P. H.; GARCIA DOS SANTOS, Yumi . Olhares cruzados: Relações de cuidado, classe e gênero. *Tempo Social (USP. Impresso) JCR*, v. 26, p. 47-60, 2014.

Georges, I.; Freire da Silva, C.. “A naturalização da precariedade: trabalho informal, ‘autônomo’ e ‘cooperativado’ entre costureiras em São Paulo”. In: Lima, J. C. (org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007.

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele Saliba. A periferia do direito: trabalho, precariedade e políticas públicas. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais: hotel Glória, 2008.

Georges, Isabel ; Freire da Silva, Carlos . A naturalização da precariedade: trabalho informal, autônomo e cooperativado entre costureiras em São Paulo (Brasil). Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 13, p. 79-95, 2008.

LAUTIER, B. Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine. In: BORGEAUD-GARCIANDÍA, N.; LAUTIER, B.; PENAFIEL, R.; TIZZIANI, A. (Org.). Penser le politique en Amérique latine: la récréation des espaces et des formes du politique. Paris: Karthala, 2009. p. 19-36.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto in Oliveira, F. e Rizek, C. S. (orgs) A Era da Indeterminação. Boitempo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho, moradia e cidade Zonas de indiferenciação?. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 78, 2012, pp. 41-50.

\_\_\_\_\_. Políticas Sociais e Políticas de Cultura: territórios e privatizações cruzadas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v. 15, 2013, pp.199-209.

\_\_\_\_\_. Faces do Lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Coord.). Desigual e combinado, capitalismo e modernização periférica no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016, no prelo.

RIZEK, Cibele Saliba; CARVALHO, C. S.; CAMARGO, Camila Moreno. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, 2014, pp. 531-546.

RIZEK, Cibele; GEORGES, Isabel; SILVA Carlos Freire. Labour and migration patterns: the clothing industry and bolivian migrants. In: FAKIER, Khayaat; EHMKE, Ellen (Orgs.). Socio-economic insecurity in emerging economies:

building new spaces. Local de publicação, Routledge Explorations in Development Studies, 2014, pp. 44-55.

RIZEK, C. S. . Questões e Interloquções. ReDObRa, v. 12, p. 180-191, 2013.

RIZEK, C. S. . Trabalho, Moradia e Cidade - Zonas de indiferenciação. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 27, p. 41-50, 2012.

RIZEK, Cibele Saliba. Verde amarelo azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). Hegemonia às avessas. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010, pp. 215-236, v. 1.

Rizek, C. S. « Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo », in André Singer e Isabel Loureiro (coord.), *Desigual e Combinado, Capitalismo e modernização periférica no Brasil*. Boitempo Editorial, no prelo.

Shimbo, Lucia Zanin .Habitação Social de Mercado. Belo Horizonte, Ed/Arte, 2012

Enviado em: 08/11/2016

Aceito em: 12/12/2016